



Foto: de Genildo Magalhães/Senado Federal



Eduardo Suplicy (2º à esq.) lê o requerimento, acompanhado por Mozarildo Cavalcanti, Ana Amélia e Gleisi Hoffmann

CRE pede cessar-fogo e negociação na Líbia

Senadores da CRE aprovaram ontem requerimento de Eduardo Suplicy que apoia a abstenção brasileira na votação

da ONU sobre a intervenção militar e defenderam uma solução pacífica e negociada do conflito interno líbio. **6**

Espaço para a defesa do portador de deficiência

Eleito presidente de subcomissão, Lindbergh Farias defende o respeito a leis voltadas a pessoas com deficiência. **7**

Efeitos da Ficha Limpa serão decididos caso a caso

No Senado, decisão do STF que invalidou lei para as eleições de 2010 pode provocar quatro mudanças. **3**

Senadores repercutem decisão do Supremo

Para Demóstenes Torres, STF mudou interpretação da lei. Já Marinor Brito anunciou recurso para garantir mandato. **3**

CDH aprova embargo ao uso de trabalho degradante

Projeto proíbe empresas brasileiras de se associarem a estrangeiras que não respeitem direitos do trabalhador

Entidades e empresas brasileiras podem ficar proibidas de manter contratos com empresas de fora do país que não respeitem os direitos de seus empregados, como preveem as normas in-

ternacionais. É o que estabelece projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos do Senado. Se também for aprovado em outras duas comissões, pode se transformar em lei. **7**

Comissão pede dados para promover modernização **2**



Embaixador Antonio Simões e os senadores Marta Suplicy, Fernando Collor e João Pedro, durante execução do Hino Nacional: conquistas do mercado comum continental foram destacadas nos discursos

Senado faz homenagem aos 20 anos de criação do Mercosul

Os 20 anos de criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) foram lembrados ontem, em sessão especial no Plenário do

Senado. A maioria dos discursos reconheceu os avanços obtidos no processo de integração econômica do continente, mas destacou

também os desafios do futuro, como a unificação aduaneira e de moeda e prioridades como o combate à miséria. **4 e 5**

Subcomissão incumbida de reestruturar o funcionamento do Senado aprova pedidos de informações à Diretoria-Geral e à Comissão Diretora

Reforma deve priorizar atividade parlamentar



Marcus Rodrigues, da FGV (E), e os senadores Eduardo Suplicy e Ricardo Ferraço: comissão decidiu promover debate

TRÊS REQUERIMENTOS DE informação e outro de realização de audiência pública foram aprovados na reunião desta semana da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa. Todos foram apresentados pelo relator Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que deve apresentar, até o início de junho, parecer sobre o projeto que altera a estrutura administrativa da Casa. A subcomissão temporária é vinculada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Minha expectativa é que possamos reestruturar o funcionamento do Senado e, nesse processo, priorizar a atividade parlamentar dos senadores – disse Ferraço.

O senador requereu à Diretoria-Geral a relação de todos os órgãos que integram a estrutura do Senado, com a identificação das características e do quantitativo de cargos e funções – efetivos, comissionados e terceirizados; do quadro de postos de trabalho terceirizados, inclusive na forma de prestação de serviços, por cargo e número do contrato; e do valor da despesa com funcionários, investimentos e manutenção – por unidade –

de cada um dos grandes grupos de órgãos do Senado, como Prodasen, ILB e Interlegis.

À Comissão Diretora foram solicitadas a listagem das diversas unidades do Senado, detalhando-se seus órgãos subordinados e/ou vinculados; o número de funcionários efetivos, comissionados e terceirizados lotados em cada um e a respectiva função comissionada atribuída a seu titular; a relação do contingente de funções e cargos comissionados da instituição; e a tabela

Comissão pediu relação dos servidores, cargos e funções, inclusive de terceirizados

dos postos de trabalho terceirizados, especificando-se as unidades de lotação, o tipo de ocupação, o número de funcionários e a empresa a que estão vinculados.

Explicação

A subcomissão aprovou convite aos servidores do Senado que elaboraram a proposta (PRS 96/09), para explicar o projeto em audiência. Presente à reunião, o consultor da FGV Marcus Vinícius Rodrigues ressaltou que as recomendações da fundação nortearam não a confecção desse projeto, mas do substitutivo apresentado pelo relator da subcomissão na legislação passada, o ex-senador Tasso Jereissati.

Para economizar, Senado reduz plantão médico

Os plantões do Serviço de Assistência Médica do Senado (Sams) deixarão de funcionar nos finais de semana e feriados. A decisão foi aprovada pela Mesa do Senado durante reunião ontem e deve valer a partir de abril.

A efetivação da medida depende agora de publicação no *Diário Oficial do Senado*. A próxima reunião da Mesa será na quinta-feira, às 10h.

O 1º secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), prevê que a medida administrativa deverá representar uma economia anual de R\$ 3,5 milhões.

– Fizemos um levantamento e entendemos que há possibilidade de encerrarmos esse serviço porque, no último ano, a média de atendimentos no final de semana foi de apenas três. E esses atendimentos poderiam ser feitos pela rede hospitalar



Cícero Lucena (C), ao lado de Sarney, disse que novas medidas estão em estudo

que é conveniente – justificou o senador.

A mudança faz parte da estratégia de contenção de gastos da Casa. No começo do mês, a Mesa já havia anunciado a decisão de não construir este ano o túnel que ligaria o prédio principal do Senado à Gráfica.

Cícero Lucena disse também que deverão ser tomadas novas medidas para a redução de gastos nas próximas reuniões.

– Em administração você nunca está no ideal, sempre pode melhorar. Acho que esse é o caminho que a sociedade espera – assinalou o 1º secretário.

Morre aos 81 anos o ex-senador paranaense Affonso Camargo

Ministro dos Transportes do governo Sarney, cargo no qual criou, em 1985, o vale-transporte, o ex-senador Affonso Camargo (PR) morreu ontem, aos 81 anos. O prefeito de Curitiba, Luciano Ducci, decretou luto oficial de três dias.

Affonso Camargo foi um dos políticos mais presentes nas discussões que engendraram a candidatura de Tancredo Ne-



Affonso Camargo

ves, que derrotou o candidato do regime militar, Paulo Maluf, no Colégio Eleitoral.

Como Tancredo não pôde assumir o poder, em razão de doença, o então vice-presidente José Sarney foi empossado. No mesmo dia, Sarney nomeou todo

o ministério escolhido pelo político mineiro, inclusive Affonso Camargo. Um ano depois, este deixou o cargo e reelegeu-se senador.



Sarney (2º à esq.), ao lado de Dilma, participa no Palácio do Planalto da assinatura de convênio com 419 municípios

Convênio garante mais de 700 novas creches no país

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem da cerimônia de assinatura de convênio entre o governo e 419 municípios para a construção de 718 unidades de educação infantil em todo o país com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2.

No evento, a presidente Dilma Rousseff fez também a entrega simbólica de 54 creches já construídas. Segundo o Ministério da Educação (MEC), o total de investimento será de cerca de R\$ 800 milhões e as

creches atenderão aproximadamente 140 mil crianças.

A iniciativa faz parte do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).

Adiamento

Por razões técnicas, os textos referentes aos pronunciamentos realizados em Plenário após as 19h50 de ontem serão publicados apenas na edição do *Jornal do Senado* desta segunda-feira.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pronunciamentos e comunicados

9h Sem a votação de projetos, a sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores e a comunicados da Mesa. Estão inscritos João Pedro (PT-AM), Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Eduardo Amorim (PSC-SE).

CRA Regularização fundiária em debate

14h O processo de regularização fundiária no Brasil será debatido na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Foram convidados representantes do Secretaria de Reordenamento Agrário, da Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, da Secretaria de Agricultura de Rondônia e do Incra.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Decisão do Supremo que veda aplicação de lei às eleições de 2010 deve alterar composição de Casas legislativas. Senado pode ter até quatro mudanças

Ficha Limpa: STF e TSE terão de examinar cada caso



Na quarta-feira, por 6 votos a 5, o STF considerou inconstitucional a aplicação da Lei da Ficha Limpa às eleições de 2010

Tribunal mudou suas regras de interpretação, avalia Demóstenes

Demóstenes Torres (DEM-GO) lamentou, "de forma respeitosa", a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela não validade da Lei da Ficha Limpa para as eleições de 2010. Ele argumentou que a lei trata de inelegibilidade, atribuição dada ao Congresso pelo parágrafo 9º do artigo 14 da Constituição, e que não interfere no processo eleitoral.



Demóstenes Torres

Segundo o senador, até o julgamento de quarta-feira as decisões do STF foram pela "aplicação imediata do quesito inelegibilidade". Assim, na interpretação do parlamentar, não caberia à corte invocar o artigo 16 da Constituição, que estabeleceu: "lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua

publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência".

Demóstenes assinalou que o Congresso Nacional já acrescentou outros casos de inelegibilidade à Lei Complementar 64/90, como crime contra o patrimônio privado, extorsão mediante sequestro, crime contra o mercado de capitais, falência fraudulenta, crime contra a saúde pública ou contra o meio ambiente, e lavagem de dinheiro, entre outros.

– Quem mudou a sua orientação foi o Supremo Tribunal Federal, porque até a data de ontem, após a edição da Constituição de 1988, vinha o Supremo dizer que a inelegibilidade não era matéria eleitoral – frisou.

Para Sarney, decisão do Supremo é inquestionável

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que a decisão do STF de anular a aplicação da Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2010 é inquestionável, mas vai gerar frustração na sociedade.

– Essa lei foi muito discutida e, sobretudo, ela teve a finalidade de purificar o processo eleitoral, mas o Supremo interpretou diferente e nós temos que aceitar a decisão.

Pela decisão do Supremo, a norma começará a ter efeitos nas eleições de 2012.

Sarney também disse que não sabe como ficará a composição do Senado com a decisão do STF.

Gilvam: "Não estou frustrado por ter de ceder mandato"

"A decisão do STF está tomada em última instância do Poder Judiciário e isso deve ser cumprido. Não há mais o que questionar", avaliou Gilvam Borges (PMDB-AP). Para o senador, não cabe questionamento à decisão do Supremo, salvo no Pará, em que o segundo candidato mais votado, Jader Barbalho (PMDB), já havia sido julgado.

Ele disse não estar frustrado com o fato de ceder o mandato a João Capiberibe (PSB-AP).

– Sou um homem de missão, de batalha, de luta. Sei que tenho oportunidade grande de poder retornar para o meu estado e continuar o meu trabalho – explicou Gilvam.



Marinor diz que o voto de Luiz Fux "traiu o povo e enganou o Congresso"

Marinor afirma que vai recorrer para assegurar mandato

Marinor Brito (PSOL-PA) disse ontem que recorrerá da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que anulou a aplicação da Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2010.

A senadora afirmou que o PSOL vem acompanhando "a movimentação nos bastidores jurídicos" e aguarda a publicação do acórdão sobre a matéria para analisar as providências a ser adotadas.

– A decisão [do STF] vai ter repercussão geral; no entanto, o acórdão não foi publicado, ainda não existe decisão final, são muitas páginas – disse.

Para Marinor, o STF tomou uma "decisão infeliz" ao anular a aplicação da Lei da Ficha Limpa por meio de voto proferido pelo ministro Luiz Fux.

– Ele fez uma leitura da Constituição de costas para o povo – declarou a senadora.

Para Marinor, o ministro Fux, que recentemente foi confirmado pelo Senado para ocupar a vaga no STF, "traiu o povo brasileiro e enganou o Congresso Nacional". O voto de Fux, desse modo, configuraria uma defesa, "o interesse das elites", segundo a senadora.

A DECISÃO DO Supremo Tribunal Federal (STF) de que a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10) não pode ser aplicada às eleições de 2010 causou expectativa em todo o país. Políticos que obtiveram votos para serem eleitos, mas tiveram as candidaturas barradas pela lei, poderão, agora, pleitear vaga nos Legislativos federal e estaduais. É o caso, no Senado, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Jader Barbalho (PMDB-PA), João Capiberibe (PSB-AP) e Marcelo Miranda (PMDB-TO).

No entanto, os numerosos casos – só no STF há mais de 30 recursos à espera – têm características distintas e, portanto, podem ter decisões diferentes. A definição das novas composições das Casas legislativas só deverá ser conhecida com a análise de cada caso pelo STF ou pela Justiça eleitoral. Confirma as principais situações:

A candidatura foi indeferida e a decisão foi mantida no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no próprio STF.

O STF já decidiu, em ações anteriores, que a coisa julgada não é um valor absoluto. A sentença transitada em julgado pode ser alvo de ação rescisória (um tipo de recurso) caso tenha violado interpretação constitucional do STF, mesmo que a interpretação seja posterior ao julgado. Seria o caso de Jader Barbalho, que teve recurso no STF derrotado em outubro de 2010, e agora pode entrar com novo recurso.

A candidatura foi indeferida e o interessado desistiu de recorrer em alguma instância.

A desistência do recurso e a perda de prazo também fazem coisa julgada. A sentença pode ser alvo de ação rescisória.

A candidatura foi indeferida, mas o interessado aguarda apreciação de recurso.

O STF – ou o TSE – poderá decidir, individualmente, pela liberação dos candidatos que apresentaram recurso. É o caso de João Capiberibe, que teve o registro indeferido pelo TSE devido à cassação de seu mandato em 2004, por compra de votos. Seu recurso no STF já deve ser apreciado de acordo com o novo entendimento.

A candidatura foi indeferida com base na Lei da Ficha Limpa, mas a inelegibilidade poderia ser arguida pela legislação anterior (Lei Complementar 64/90).

O ministro do STF Carlos Ayres Britto disse que os abarcados pela redação original da LC 64/90 (a chamada Lei de Inelegibilidades, que foi modificada pela da Ficha Limpa) permaneceriam inelegíveis. Nesse caso, estariam Cássio Cunha Lima e Marcelo Miranda, ambos cassados em 2009 por abuso de poder político, e considerados, mesmo pela redação antiga da lei, inelegíveis até 2012. Os atuais senadores que podem perder suas vagas para os dois, Wilson Santiago (PMDB-PB) e Vicentinho Alves (PR-TO), usaram esse argumento ontem para questionar uma eventual mudança de resultados.

Houve desistência da candidatura por temor de enquadramento na Ficha Limpa

Quem não disputou as eleições não tem como recorrer agora.

Possíveis mudanças no Plenário

	PODE SAIR	PODE ENTRAR
PA	Marinor Brito (PSOL) » 727.583 votos	Jader Barbalho (PMDB) » 1.799.762 votos
PB	Wilson Santiago (PMDB) » 820.653 votos	Cássio Cunha Lima (PSDB) » 1.004.183 votos
AP	Gilvam Borges (PMDB) » 121.015 votos	João Capiberibe (PSB) » 130.411 votos
TO	Vicentinho Alves (PR) » 332.295 votos	Marcelo Miranda* (PMDB)

(*) O Ministério Público Eleitoral (MPE) do Tocantins alegou que o político não poderia ser candidato nas eleições 2010, pois estaria enquadrado nas hipóteses de inelegibilidade previstas tanto na Lei das Inelegibilidades (LC 64/90) quanto na Ficha Limpa

Reunião da Comissão de Reforma Política sobre sistema proporcional será terça

A Comissão de Reforma Política volta a se reunir na terça-feira, às 18h, para decidir se incluirá no anteprojeto em discussão a mudança no sistema das eleições proporcionais. A reunião havia sido marcada para as 14h, mas haverá homenagem em Plenário ao ex-senador Mário Covas, falecido em 2001.

O tema foi discutido no dia 22, mas não houve acordo e o presidente da

comissão, Francisco Dornelles (PP-RJ), resolveu adiar a votação. Voltam ao exame as três propostas mais votadas na última reunião: voto proporcional em lista fechada, voto distrital misto em lista fechada e o "distritão". O tema é polêmico e divide opiniões, mas Dornelles espera definir pelo menos uma posição majoritária entre os integrantes da comissão.

Ivo Cassol diz que PP e PMDB defendem adoção do voto majoritário para deputado

Ivo Cassol (PP-RO) relatou em Plenário a reunião de membros do PMDB e do PP em que foi discutida a proposta de reforma política. O parlamentar se aliou à sugestão defendida pelo relator, Francisco Dornelles, e pelo vice-presidente da República, Michel Temer, de adotar o sistema do voto majoritário, em vez

do proporcional atualmente em vigor.

No mesmo discurso, o senador também fez um apelo para que se pense em estratégias que atraiam investimentos para Rondônia, com o objetivo de fomentar o crescimento do estado e a geração de mais empregos.



Ana Amélia defende menos concorrência no bloco comercial

Na comemoração dos 20 anos do Mercosul, a senadora Ana Amélia (PP-RS) manifestou sua preocupação com a competição prejudicial dentro do bloco. Ela afirmou que os diferentes setores econômicos dos países que integram o Mercosul precisam, numa economia globalizada, mais de complementaridade e menos de concorrência entre si.

A senadora citou o problema do arroz produzido na Argentina e no Uruguai, que ingressa no Brasil sem tarifação, preju-



Ana Amélia menciona caso do arroz

dicando o produtor nacional. O mesmo vale para os produtos manufaturados, principalmente da linha branca – fogões, geladeiras e máquinas de lavar.

– Seria um caminho mais correto que nós nos uníssemos na complementaridade e não na concorrência – disse Ana Amélia.

Mozarildo vincula êxito do bloco à democracia

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que o desenvolvimento alcançado pelo Mercosul parece ter um vínculo maior com o avanço da democracia no continente do que com fenômenos de ordem puramente econômica. Ele assinalou que os maiores avanços coincidiram com os momentos em que se reconstruiu a democracia.

– Da Declaração do Iguazu, de 1985, ao Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, do final de 1988, quase na mesma época da promulgação da nossa Constituição, o processo foi acelerado – disse o senador.



Senadora ressaltou sonho da integração

Marisa afirma que há "muito o que comemorar"

Marisa Serrano (PSDB-MS) destacou a importância do bloco comercial no fortalecimento da democracia na região e na realização do sonho da integração latino-americana.

– O Mercosul, inspirado no antigo Mercado Comum Europeu, veio para ficar, apesar das dificuldades. Temos muito o que comemorar – afirmou a senadora.

Marisa Serrano ressaltou os avanços alcançados não apenas na área econômica, mas também na área cultural e nas relações entre os países participantes do bloco.



Mozarildo: processo acelerado

Maldaner vê futuro promissor para países

Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que o Mercosul tem sido uma experiência "extremamente positiva" para os países que o integram e previu "perspectivas interessantes" para o futuro do bloco, tanto do ponto de vista econômico quanto social e político.

O parlamentar recordou que a filosofia que orientou a criação do Mercosul foi a de união entre os países sul-americanos para fortalecer a região no cenário internacional. Maldaner disse ainda que é preciso avançar em alguns sentidos, como o fortalecimento do Parlamento e os acordos comerciais com outros países e blocos.



Requião lembra economista Aldo Ferrer

Requião destaca importância dos "sonhos nacionais"

Roberto Requião (PMDB-PR) citou o economista argentino Aldo Ferrer para dizer que não há desenvolvimento nacional sem transformação produtiva e sem ciência e tecnologia. Ferrer, lembrou o senador, destacava a contribuição externa, o crédito e os investimentos internacionais como complementares à economia nacional.

Segundo Requião, o economista lamentava que os países latino-americanos tivessem aceitado que o poder está centralizado em pequeno número de países. "Em um mundo assim, não haveria mais espaço para projetos e sonhos nacionais", afirmou o parlamentar.



Maldaner: bloco tem boas perspectivas

Plenário exalta 20 anos do Mercosul e vê desafios

A erradicação da pobreza, a livre circulação das pessoas, o fim das barreiras fiscais e tributárias, a adoção da união aduaneira e da moeda única e o crescimento econômico equilibrado de seus países-membros foram alguns dos desafios apontados pelos senadores para

o futuro do Mercado Comum do Sul (Mercosul), cujos 20 anos de criação foram celebrados ontem em uma sessão especial no Plenário. Apesar das dificuldades de consolidação citadas em vários discursos, o Mercosul, nas duas últimas décadas, obteve

resultados econômicos expressivos, como lembrou o representante do Ministério das Relações Exteriores. Tanto que o comércio entre os quatro países-membros (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) saltou de US\$ 4,5 bilhões em 1991 para US\$ 45 bilhões no ano passado.



O senador José Sarney (C) era presidente da República quando o Brasil e a Argentina decidiram assinar a histórica Declaração do Iguazu, que lançou as sementes para o bloco continental. Já Fernando Collor (C, à direita), como presidente, foi o signatário do Tratado de Assunção, ata de criação do Mercosul



Collor defende ênfase no crescimento dos parceiros



Luiz Henrique: crítica ao protecionismo

Para Luiz Henrique, questões tarifárias devem ser o foco

Luiz Henrique (PMDB-SC) especulou em seu discurso sobre a probabilidade de o Mercosul alcançar plenamente o estágio do mercado comum, avaliando entraves, oportunidades, benefícios e riscos envolvidos.

Ele mencionou o "protecionismo exacerbado" entre os vários setores produtivos dos países-membros que, em sua opinião, não caminham para atingir a liberalização plena das trocas de bens e serviços da região.

Os riscos, assinalou o senador, derivam das ameaças de desemprego setorial por motivo de concorrência predatória – sendo o Brasil o país mais forte economicamente e também o mais protecionista – e das incertezas de uma reformulação tributária que não ocorreu.

Para Simon, foi o Brasil, no entanto, quem recentemente promoveu as ações mais importantes para "esvaziar a relação turbulenta", com a Argentina, e tornar obsoleta a tese que vigorou por décadas entre a diplomacia nacional, a qual dava

Simon lembra iniciativa de aproximação com a Argentina

Pedro Simon (PMDB-RS) recordou as dificuldades de integração regional derivadas de uma política externa brasileira equivocada, segundo ele, especialmente com relação à Argentina, praticada por nossa diplomacia até há alguns anos.

Para Simon, foi o Brasil, no entanto, quem recentemente promoveu as ações mais importantes para "esvaziar a relação turbulenta", com a Argentina, e tornar obsoleta a tese que vigorou por décadas entre a diplomacia nacional, a qual dava

João Pedro espera melhora na qualidade de vida

João Pedro (PT-AM) defendeu a ideia de que as vantagens auferidas com as trocas comerciais dentro do Mercosul colaborem também para melhorar a qualidade de vida da população.

– O Mercosul não pode se fechar nas atividades de compra e venda de mercadorias e serviços. Os US\$ 380 bilhões que os países do Cone Sul movimentaram no ano passado pouco ou quase nada representaram se não contribuírem com a melhoria da qualidade de vida de cada um dos países membros – afirmou.

Para o senador amazonense, é fundamental que os países do bloco "ajam conjuntamente na regulamentação de setores sensíveis às mudanças impostas pela voracidade do mercado, como o trabalho, a seguridade social, os direitos humanos, a educação e a ecologia".

– O primeiro grande desafio que se apresenta ao Mercosul é contribuir para eliminar a pobreza no território de cada um dos países que integram o bloco. Sem isso, não será possível construir um grande mercado. A presidente Dilma Rousseff já determinou que a grande meta do seu governo é a eliminação da pobreza. Sem isso, não tem como incorporar todos os cidadãos dos quatro países em uma sociedade e uma economia modernas – afirmou o embaixador.

Com relação à infraestrutura, Samuel Pinheiro Guimarães destacou que sem ela não há comércio, e sem comércio não há integração.

Embaixador vê mudanças profundas

O embaixador Antonio José Ferreira Simões, representante do chanceler Antonio Patriota, afirmou que o Mercosul transformou profundamente a região. Ele citou o aumento do comércio entre os países-membros, que saltou de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 45 bilhões.

Simões disse que, embora este dado já demonstre o êxito do projeto, ele é "muito mais do que isso", tendo ensinado os países membros a pensar e agir em conjunto sobre um grande número de desafios que desconhecem fronteiras nacionais.

De migrações a meio ambiente, de trabalho a previdência, de cooperação jurídica à agricultura familiar, de educação à saúde, praticamente todas as áreas que exigem políticas públicas têm uma "dimensão Mercosul", afirmou.

– Estamos criando o sentimento de pertencer a uma verdadeira comunidade, criando o cidadão do Mercosul – disse o embaixador.

– Não poderemos ser um grande país, um grande Brasil, cercados de vizinhos na miséria por todos os lados – afirmou o senador.

"Desafio é eliminar pobreza", diz Guimarães

Eliminar a pobreza e reduzir as assimetrias econômicas existentes entre os países membros, construir uma infraestrutura que permita ampliar o comércio na região e aprofundar a democracia são os principais desafios que o Mercosul tem pela frente, avaliou ontem o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, alto representante-geral do Mercosul.

– O primeiro grande desafio que se apresenta ao Mercosul é contribuir para eliminar a pobreza no território de cada um dos países que

Collor defende ênfase no crescimento dos parceiros

O início de uma nova configuração hierárquica do sistema internacional torna ainda mais importante a consolidação do Mercosul, já que o espaço de manobra para nações, individualmente, vem diminuindo, alertou ontem o senador Fernando Collor (PTB-AL). Ele defendeu a necessidade de o Brasil adotar como política de Estado a promoção do desenvolvimento dos seus parceiros no Mercosul.

Collor argumentou que a diferença entre os níveis de desenvolvimento dos membros do Mercosul deve, do ponto de vista brasileiro, ser objeto de políticas de Estado de longo alcance. Porém, o senador negou que o Brasil deva fazer concessões ou aceitar proposições com o cunho de ameaças.

Fernando Collor lembrou que, quando presidente da República, foi signatário do Tratado de Assunção, em 1991, ato de criação do Mercosul.

– O Mercosul não pode se fechar nas atividades de compra e venda de mercadorias e serviços. Os US\$ 380 bilhões que os países do Cone Sul movimentaram no ano passado pouco ou quase nada representaram se não contribuírem com a melhoria da qualidade de vida de cada um dos países membros – afirmou.

Para o senador amazonense, é fundamental que os países do bloco "ajam conjuntamente na regulamentação de setores sensíveis às mudanças impostas pela voracidade do mercado, como o trabalho, a seguridade social, os direitos humanos, a educação e a ecologia".



Reajuste não pesa, diz Gleisi

Gleisi quer um acordo entre Brasil e Paraguai

O aumento nos valores pagos pelo Brasil ao Paraguai pela energia produzida em Itaipu significa muito para os paraguaios e não representa peso substancial nas contas do Brasil, defendeu ontem Gleisi Hoffmann (PT-PR).

– Com esse incremento, serão promovidos investimentos em ações sociais e infraestrutura, o que certamente produzirá efeitos positivos na região fronteiriça brasileira e para os brasileiros que moram no Paraguai. E pelo nosso lado, não representa peso substancial nas nossas contas e mesmo nas contas de luz dos cidadãos brasileiros.

Segundo ela, o acordo assinado pelos dois países para corrigir e adequar os valores pagos aos paraguaios deve ser votado na Câmara na próxima semana. A senadora defendeu a aprovação do texto e disse que ele não modifica o Tratado de Itaipu.

– O primeiro grande desafio que se apresenta ao Mercosul é contribuir para eliminar a pobreza no território de cada um dos países que integram o bloco. Sem isso, não será possível construir um grande mercado. A presidente Dilma Rousseff já determinou que a grande meta do seu governo é a eliminação da pobreza. Sem isso, não tem como incorporar todos os cidadãos dos quatro países em uma sociedade e uma economia modernas – afirmou o embaixador.

Com relação à infraestrutura, Samuel Pinheiro Guimarães destacou que sem ela não há comércio, e sem comércio não há integração.

Randolfe pede pressa na indicação ao Parlasul

"Longa vida à integração americana, longa vida ao Mercosul", saudou Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que cobrou celeridade na indicação da Representação Brasileira provisória no Parlamento do Mercosul. Ele defendeu também a necessidade de definir o processo de escolha dos futuros membros.

– Nossas indicações devem levar em consideração aquilo que rege o Parlamento do Mercosul: a pluralidade política e ideológica das nações pertencentes. Temos muito a debater no parlamento regional – garantiu o senador.

A Mesa da Câmara dos Deputados também já havia aprovado o texto, que deverá substituir a resolução em vigor (Resolução 1/07).

A proposta é destinada a garantir um mandato aos deputados e senadores que representarão o Brasil no Parlasul até a realização de eleições diretas dos parlamentares do bloco.

Para Suplicy, livre circulação de pessoas é crucial

A livre circulação de pessoas nos territórios dos países-membros do Mercosul foi apontada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) como a principal meta a ser buscada pelo bloco, sugerindo que a União Europeia seja tomada como exemplo.

Além do livre comércio e do livre fluxo de capitais, os habitantes do bloco europeu são beneficiados pela "livre circulação

de seres humanos".

– Os cidadãos da União Europeia podem escolher onde trabalhar, onde estudar, onde viver, sem barreiras – disse Suplicy.

Próxima sessão do Congresso vota projeto

A Mesa do Senado aprovou ontem a inclusão do projeto de resolução que trata das definições para a nova estrutura do Parlasul na pauta da próxima sessão do Congresso, ainda sem data marcada.

A Mesa da Câmara dos Deputados também já havia aprovado o texto, que deverá substituir a resolução em vigor (Resolução 1/07).

A proposta é destinada a garantir um mandato aos deputados e senadores que representarão o Brasil no Parlasul até a realização de eleições diretas dos parlamentares do bloco.

A Mesa da Câmara dos Deputados também já havia aprovado o texto, que deverá substituir a resolução em vigor (Resolução 1/07).

A proposta é destinada a garantir um mandato aos deputados e senadores que representarão o Brasil no Parlasul até a realização de eleições diretas dos parlamentares do bloco.

A Mesa da Câmara dos Deputados também já havia aprovado o texto, que deverá substituir a resolução em vigor (Resolução 1/07).

A proposta é destinada a garantir um mandato aos deputados e senadores que representarão o Brasil no Parlasul até a realização de eleições diretas dos parlamentares do bloco.



Suplicy: fim de todas as barreiras

de seres humanos".

– Os cidadãos da União Europeia podem escolher onde trabalhar, onde estudar, onde viver, sem barreiras – disse Suplicy.

Eunício prega integração do Norte e Nordeste

Eunício Oliveira (PMDB-CE) afirmou que um dos principais desafios do bloco comercial, no Brasil, é aprofundar a incorporação de mais estados das regiões Norte e Nordeste no processo de integração continental. Para ele, é preciso não só fomentar a infraestrutura para ampliar as trocas comerciais, mas principalmente aumentar o contato da sociedade com o Mercosul,



Eunício: parlamentos são essenciais

permitindo "um intercâmbio cultural muito mais profundo". Neste sentido, acentuou, os parlamentos nacionais também têm um papel importante.



Crivella: bloco dá exemplo ao mundo

Crivella aposta na solidariedade para mover relações

Para o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), o princípio que fez nascer e que deve mover as relações entre o Brasil e os demais países integrantes do Mercosul é a solidariedade e não a exploração "entre irmãos".

– Diferentemente da Área de Livre Comércio das Américas [Alca], isso nos diferencia na gênese da nossa formação, e, por isso, eu acredito no Mercosul, acredito na solidariedade entre os países associados – disse.

De acordo com Crivella, o Mercosul pode dar exemplo ao mundo, não apenas de acordo aduaneiro, mas de integração humana.

Para Inácio Arruda, aliança protege os países da região

Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse considerar um "motivo de orgulho" os passos que já foram dados no propósito de unir a região do Mercosul.

– É preciso união para não permitir que ocorra aqui o que está acontecendo no norte da África, onde povos de civilizações milenares são massacrados pelos velhos colonizadores de sempre – afirmou.

O senador destacou a importância de um banco para atuar com foco no Mercosul e a possível criação de uma moeda comum.

– Podemos resolver nossas assimetrias. Temos capacidade de manter a nossa unidade.

– É preciso união para não permitir que ocorra aqui o que está acontecendo no norte da África, onde povos de civilizações milenares são massacrados pelos velhos colonizadores de sempre – afirmou.

O senador destacou a importância de um banco para atuar com foco no Mercosul e a possível criação de uma moeda comum.

– Podemos resolver nossas assimetrias. Temos capacidade de manter a nossa unidade.

– É preciso união para não permitir que ocorra aqui o que está acontecendo no norte da África, onde povos de civilizações milenares são massacrados pelos velhos colonizadores de sempre – afirmou.

O senador destacou a importância de um banco para atuar com foco no Mercosul e a possível criação de uma moeda comum.

– Podemos resolver nossas assimetrias. Temos capacidade de manter a nossa unidade.



Inácio Arruda: unidade fortalece bloco

Crivella elogia visita de Barack Obama ao país

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse em Plenário que viu um "saldo muito positivo" para as relações entre Estados Unidos e Brasil com a visita do presidente Barack Obama. Ele assinalou que, superado o

tempo recente em que a superpotência era refratária ao multilateralismo nas relações internacionais, parece ter chegado o momento de intensificar as relações políticas, comerciais e culturais entre os dois países.

– A maturação de nosso relacionamento com os Estados Unidos exige que aquele país reveja sua política de barreiras, de modo a nos garantir a justiça do ingresso não discriminado, no mercado americano, dos

produtos em que temos indiscutíveis vantagens comparativas, graças à qualidade técnica de nossa produção – salientou Crivella, que citou a necessidade de reformulação do Conselho de Segurança da ONU.

Comissão defende solução pacífica no conflito da Líbia

Para CRE, intervenção militar promovida por países aliados apenas conseguiu aumentar a temperatura no conflito entre os rebeldes e o líder Muamar Kadafi

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) manifestou ontem "solidariedade e apoio à posição brasileira de pleitear um cessar-fogo imediato na Líbia". Os integrantes do colegiado aprovaram requerimento nesse sentido apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP).

No documento, os senadores da comissão declaram ainda seu apoio a "uma solução pacífica e negociada do conflito interno líbio", conduzida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização da Unidade Africana (OUA).

A solução pacífica para o conflito, prossegue o texto, deverá surgir de "amplo entendimento de todas as forças políticas da Lí-

bia, que seja capaz de promover a criação de um regime plural e democrático naquele país". Até o momento, segundo a declaração, a intervenção militar promovida pelos países aliados apenas conseguiu "aumentar a temperatura" do conflito entre os rebeldes líbios e as forças

leais ao líder do país, Muamar Kadafi, resultando no aumento do número de vítimas.

Ao apresentar o requerimento, Suplicy lembrou que o primeiro ministro da Itália, Silvio Berlusconi, sugeriu que o Brasil viesse a exercer um papel no processo de pacificação da Líbia



Presidida por Fernando Collor (D), Comissão de Relações Exteriores aprovou requerimento de Suplicy (E)

CRA vai ouvir Aldo Rebelo sobre reforma do Código Florestal

Os senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovaram ontem a realização de audiência pública com o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), relator na

Câmara do projeto (PL 1.876/99) que reformula o Código Florestal brasileiro (Lei 4.771/65). O debate acontecerá na próxima semana e será realizado em conjunto com a Comissão de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Autor da sugestão, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) considera importante que os senadores conheçam as propostas contidas no voto que está sendo apresentado por Aldo Rebelo aos deputados.



Acir Gurgacz propôs ouvir Aldo Rebelo

Senadores debatem hoje à tarde regularização fundiária

O processo de regularização fundiária será analisado hoje, a partir das 14h, em debate promovido pela CRA, com a presença dos representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adhemar Lopes de Almeida e Carlos Mário Guedes; da coordenadora de Regularização Fundiária da Secretaria de Agricultura de Rondônia, Ednéia Gusmão; e do engenheiro agrônomo do Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária José Lopes de Oliveira.

O evento é o primeiro de uma série de palestras, debates, seminários e painéis que serão promovidos pela CRA neste ano e em 2012, sempre às sextas-feiras. Proposta por Acir Gurgacz, a iniciativa foi aprovada ontem e visa discutir os temas relacionados ao agronegócio, como transporte, comercialização, segurança alimentar etc.

Acordo para produção de submarinos passa na CRE

O acordo sobre a produção de submarinos firmado por Brasil e França em dezembro de 2008 foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O projeto de decreto legislativo (PDS 79/11) foi relatado pelo senador João Pedro (PT-AM) e vai ao Plenário.

O texto estabelece a cooperação bilateral no desen-

volvimento e na construção de submarinos convencionais, assim como de um submarino com armamento convencional destinado a receber um reator nuclear a ser desenvolvido pela parte brasileira.

Prevê ainda a assistência francesa na concepção e na construção de um estaleiro para a construção dos submarinos e de

uma base naval para abrigá-los. Inclui também transferência de tecnologia.

No parecer, João Pedro observava que dois aspectos tornaram atraente para o país a proposta francesa: a necessidade detectada pela Marinha do Brasil de submarinos de propulsão nuclear e a decisão da França de oferecer a sua tecnologia.

Diretor da Anac será sabatinado na quinta-feira

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) vai sabatar, na quinta-feira, Cláudio Passos Simão, indicado pela presidente Dilma Rousseff para continuar no cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que exerce desde outubro de 2008.

Ontem, o senador Blairo Maggi (PR-MT) leu relatório com o currículo de Simão. Em seguida, a presidente do colegiado, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), concedeu

vista coletiva para que os demais membros da comissão possam analisar a indicação e se preparar

para a sabatina até a próxima semana.

Os senadores discutiram vários problemas da aviação, entre os quais um acordo assinado entre os governos do Brasil e dos EUA para liberar o espaço aéreo nacional para aeronaves americanas.

Segundo Francisco Dornelles (PP-RJ), esse acordo pode trazer sérios riscos às empresas brasileiras.



Blairo Maggi lê na CI relatório sobre indicação para a Anac

Audiência discute prevenção contra acidentes e catástrofes

Medidas preventivas de acidentes e catástrofes deverão ser debatidas em audiência pública com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. O convite será feito pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que aprovou ontem requerimento.

A comissão também aprovou convites para que os ministros dos Transportes,

Alfredo Nascimento, e da Secretaria de Portos, José Leônidas Cristino, possam apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas.

Outra decisão foi a realização de um ciclo de debates para discutir questões relativas aos investimentos necessários em infraestrutura que viabilizem a extração do petróleo no pré-sal.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cicero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • João Pedro • Mozarildo Cavalcanti • Pedro Taques • Paulo Paim • Wellington Dias • Valdir Raupp

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Mozarildo quer política de apoio a adolescentes

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu ontem a criação de uma política nacional de apoio à adolescência. O senador comentou a divulgação do relatório global do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) *Situação Mundial da Infância 2011 – Adolescência: uma fase de oportunidades*.

De acordo com ele, o Unicef destacou, no Caderno Brasil, que as políticas para infância no país estão caminhando bem.

– Há avanços em termos de educação e saúde, mais escolarização, menor mortalidade e mais vacinação. No entanto, não basta apenas melhorar os índices. O Brasil requer medidas urgentes para universalizar o ensino e para eliminar a mortalidade infantil – disse.

O senador afirmou que é preciso ouvir os adolescentes nas políticas públicas dirigidas a eles.

Cristovam lamenta posição do país no setor educacional



Paulo H. Carvalho/Senado Federal

Cristovam

relação aos demais países do mundo no que diz respeito à qualidade da educação pública e às condições de vida da população.

Na avaliação de Cristovam, a má classificação do Brasil em indicadores sociais, como por exemplo, no *ranking* mundial da qualidade do ensino público – 88ª de acordo com relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) de 2011 – reduz bastante o significado da conquista da 7ª posição internacional em termos de economia.

Gleisi defende veterinários em núcleo de saúde

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) anunciou seu apoio à demanda dos médicos veterinários pela inclusão de um profissional da categoria no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), estratégia do Ministério da Saúde para atenção básica à saúde da população.

O núcleo, explicou a senadora, atende a população em diversas especialidades, como assistência social, nutrição, psicologia, pediatria, ginecologia, fisioterapia, fonoaudiologia, educadores físicos, além de práticas complementares, como fitoterapia e acupuntura. Porém, não conta com um médico veterinário, profissional a seu ver essencial para colocar em prática o conceito de que, para as doenças, não há separação entre o homem, os animais e o meio ambiente.

Projeto proíbe entidades ou companhias, brasileiras ou que atuem no território nacional, de firmarem contratos com empresas do exterior que violem os tratados internacionais que protegem a dignidade do ser humano no trabalho

CDH aprova embargo a empresa estrangeira que explora trabalhador

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto que proíbe entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional de estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países, nos termos de tratados ou atos internacionais ratificados pelo Brasil e apurados por investigações de organismos internacionais.

São normalmente mencionados como trabalhos degradantes a escravidão ou formas equivalentes, o trabalho forçado, o uso da força de trabalho infantil e atividades em jornadas ilimitadas, entre outras práticas.

O senador Paulo Davim (PV-RN) leu o parecer da relatora original, Marinor Brito (PSOL-PA), que não pôde comparecer, recomendando a aprovação do PLC 169/09.

A matéria será examinada ainda pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Paulo H. Carvalho/Senado Federal

Sérgio Petecão preside reunião da CDH: o autor, Walter Pinheiro, era deputado quando apresentou projeto

(CCJ), onde haverá decisão terminativa.

Dignidade universal

Na prática, como destacado no relatório, o projeto estabelece um embargo contra empresas estrangeiras que exploram trabalho degradante, assim contribuindo para coibir essas violações. Além disso, coíbe o chamado *dumping* social, ca-

racterizado pela tentativa de escapar do rigor da legislação interna por meio da contratação de fornecedores e empresas do exterior não sujeitas às mesmas regras de proteção ao trabalho em seus países.

– Essa luta não pode ficar à margem da transnacionalidade das relações econômicas, tendo em vista o postulado ético de que a dignidade humana

fundamental não conhece fronteiras, é universal – destaca o relatório.

O projeto foi apresentado à Câmara pelo ex-deputado e hoje senador Walter Pinheiro (PT-BA). No texto, ele afirma que o trabalho degradante, em todas as suas formas, é uma “chaga social” que causa vergonha e exige de todos a mais intensa mobilização.

Lindbergh preside subcomissão das pessoas com deficiência

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) foi eleito por unanimidade, ontem, presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Para a vice-presidência foi escolhida a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

A regulamentação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), disse Lindbergh, será o principal assunto a ser tratado pela subcomissão. O tratado internacional foi adotado pela ONU em 2006 e ratificado pelo Congresso brasileiro, em 2008. O senador sugeriu que comissão de juristas auxilie a subcomissão na regulamentação do tratado.

O senador informou que 14% dos brasileiros possuem algum tipo de deficiência. Para que essa população seja beneficiada, observou, o Congresso, além de criar

novas leis, precisa atuar para que elas sejam cumpridas de fato.

– O desafio maior é fazer cumprir o que já existe na legislação. Que a subcomissão seja uma espécie de câmara de conciliação. Muitas coisas podem ser resolvidas com essa mediação – destacou Lindbergh.

A presidente da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), ressaltou que a legislação brasileira sobre o tema é referência mundial. No entanto, em sua opinião, é preciso haver “boa vontade” para que as leis sejam cumpridas.

Temas como inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e aposentadoria especial para essa parcela da população também receberão atenção da subcomissão, ressaltou Lindbergh.



Gerardo Maggello/Senado Federal

Lindbergh Farias (D) conversa com o senador Casildo Maldaner, na CDH

Audiência pública debaterá relatório sobre terrorismo

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai promover audiência pública para debater relatório produzido por procuradores federais sobre o conteúdo de documento intitulado *Livro negro do terrorismo no Brasil*.

A existência do documento foi revelada por matéria publicada no *Correio Braziliense*, em 14 de abril de 2007. Ele teria sido escrito em 1986 como resposta a informações contidas no livro *Brasil: nunca mais*, que apresenta relatos sobre a repressão política no país durante o regime militar e revela nomes de agentes públicos envolvidos em torturas, assassinatos e desaparecimento de opositores.

Para a senadora Ana Rita (PT-ES), tudo leva a crer na existência de documentos que revelam “as reais condições em que as mortes e desaparecimentos de militantes ocorreram”.

Ministério para cuidar das crianças será discutido

A CDH vai realizar audiência pública para discutir a necessidade de uma secretaria vinculada à Presidência da República para tratar apenas de políticas a favor das crianças. O requerimento do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), subscrito por Paulo Davim (PV-RN), foi aprovado depois de discussão em que foi destacada a inexistência de um órgão de nível mais elevado para dar suporte às crianças, como ocorre com a juventude, mulheres e a favor da igualdade racial.

Cristovam disse ser favorável à existência de todos esses órgãos, mas lamentou que as crianças não tivessem a mesma atenção. Ele insinuou que esse descuido talvez decorra de um fato: crianças não votam. À audiência deve comparecer o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Vicentinho Alves sugere debate sobre questão carcerária

Os problemas nos presídios e a privatização do sistema prisional serão debatidos na CDH. Essa foi uma das dez propostas aprovadas ontem, mas as datas das audiências não foram definidas. A questão carcerária entrou na agenda por sugestão do senador Vicentinho Alves (PR-TO).

A iniciativa foi elogiada pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). Conforme a senadora, a mídia vem abordando sistematicamente os problemas nas prisões e as informações revelariam

um quadro “absurdo”. Disse não se tratar de fazer a “defesa de criminoso”, mas destacar que os presos não estão tendo sequer o direito fundamental de preservação da vida.

– É inadmissível que esta Casa não ache uma saída para essa questão, apoiando o Executivo e apoiando também os governos estaduais e municipais – disse.

Devem ser convidados secretários de segurança de estados, procuradores e representantes do Ministério da Justiça.

Vital: não há falta de médicos, mas má distribuição



Vital do Rêgo

Citando pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o Conselho Federal de Medicina, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) afirmou em discurso que não há falta de médicos, enfermeiros e dentistas no Brasil.

Segundo ele, o que existe, na verdade, é uma situação de desequilíbrio causada pelo fato de esses profissionais se encontrarem majoritariamente concentrados nas capitais e nos estados mais ricos.

– A distribuição é um retrato perfeito e acabado da desigualdade que marca a ferro e fogo a história do Brasil.

Flexa elogia, no Pará, o programa Município Verde



Flexa Ribeiro

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou o lançamento, pelo governo do Pará, do programa Município Verde, em Paragominas, a 300 quilômetros de Belém. O programa destina-se a criar instrumentos de desenvolvimento sustentável, com ações de reflorestamento e promoção da agroindústria e da agricultura.

Flexa Ribeiro informou que o governador Simão Jatene encaminhou também à assembleia legislativa projeto criando o ICMS Verde, incentivo extra para aqueles municípios que aderirem ao programa.

Itamar: nomeação de concursados da Receita Federal



Itamar Franco

Enquanto os quadros da Receita Federal se esvaziavam, 249 aprovados em concurso para o cargo de auditor fiscal e 350 para o de analista tributário aguardam nomeação, afirmou Itamar Franco (PPS-MG). De 2006 a 2010, mais de 1.100 auditores se aposentaram, este ano serão mais 133 aposentadorias, e a previsão é de mais de 2 mil nos próximos dois anos, disse o senador. O concurso é válido até junho, mas, para que os aprovados sejam nomeados, é necessário que autorização do Ministério do Planejamento seja publicada este mês.

Para senadora, com a universalização dos serviços de telecomunicações e transmissão de dados, o Brasil estará dando um grande passo para a conquista da igualdade social

Ana Amélia quer banda larga rápida e barata em todo o país

CONEXÕES LENTAS, SERVIÇO caro e atendimento precário. A senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) quer modificar essa realidade no acesso de banda larga à internet no Brasil. Para isso, ela sugeriu uma maior aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e também a concessão de incentivos fiscais a empresas que aceitem prestar o serviço em cidades pequenas ou de difícil acesso logístico. Em último caso, a senadora admite até a intervenção estatal.

– Já existem milhares de quilômetros de cabo de fibra ótica instalados. Precisamos agora é levar o serviço de banda larga para o maior número de pessoas possível. Igualdade social é, antes de tudo, igualdade de condições. Com a universalização dos serviços de telecomunicações e transmissão de dados, estaremos dando um grande passo



Ana Amélia sugere incentivos fiscais para atendimento às cidades pequenas

para conquistar a igualdade social no Brasil.

Ana Amélia observou que, enquanto uma família brasileira gasta 4,5% da renda mensal com internet, nos países desenvolvidos esse percentual é de apenas meio por cento. Acrescentou que a situação é pior ainda no país porque a internet de banda

larga também é lenta. A senadora destacou que, com o uso da internet, uma comunidade do interior pode, por exemplo, promover seus produtos agrícolas ou divulgar suas atrações turísticas. Da mesma forma, um estudante pode ter acesso às principais bibliotecas do mundo.

Aloysio alerta sobre protestos em obras do PAC

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou que cerca de 80 mil trabalhadores das maiores obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) já recorreram à greve este ano para reivindicar condições dignas de trabalho.

– Recorreram à greve, como último recurso, contra condições degradantes de trabalho, contra salários de fome. Não deveriam estar nessa situação, porque são contratados por grandes empresas para executarem obras que estão na vitrine no Brasil, que têm ou teriam o condão de lançar o país na conquista de um futuro melhor – disse.

O senador se referiu em especial aos recentes protestos de trabalhadores das obras da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia.



Aloysio lembra as manifestações de trabalhadores na usina de Jirau



Por sugestão de Armando Monteiro, CAE realizará debate sobre o tema

Armando sugere defesa comercial contra asiáticos

O senador Armando Monteiro (PTB-PE) pediu o desenvolvimento, pelo governo, de uma política de defesa comercial capaz de fazer face à concorrência internacional, especialmente dos produtos asiáticos.

Para solucionar a concorrência desleal praticada pela China e por países africanos, Armando Monteiro sugere medidas como o aumento da taxa aduaneira e a salvaguarda transitória contra importações que prejudiquem determinados produtos brasileiros de exportação. Ele propôs ainda a adoção de política anti-dumping como agenda para o desenvolvimento produtivo.

Haverá debate sobre o tema na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com representantes do governo, do setor produtivo e das universidades.

Wellington Dias pede prorrogação de convênios

O senador Wellington Dias (PT-PI) relatou reunião da bancada do PT com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para discutir a ampliação dos convênios firmados por prefeituras e estados com o governo federal em 2007, 2008 e 2009. O Executivo pretende suspender os repasses a partir de 30 de abril, mas o senador defendeu a prorrogação até 31 de dezembro, para evitar o cancelamento dos contratos e a suspensão das obras em andamento.

Segundo Wellington, o ministro autorizou uma equipe formada por representantes da Secretaria do Tesouro, do Ministério do Planejamento, da Casa Civil e de autarquias a reavaliar a situação e até mesmo separar o caso das obras já em curso, para que possam prosseguir.



Convênios com prefeituras e estados devem ser ampliados, diz Wellington



Senadora diz que Roraima vive ameaças de desabastecimento

Ângela Portela defende usina de Bem-Querer

A senadora Ângela Portela (PT-RR) defendeu ontem a construção da hidrelétrica Bem-Querer, no rio Branco (RR), para evitar novos riscos de apagões energéticos no estado. O projeto irá gerar, nas duas etapas previstas para 2013-2014, mil megawatts, e custará R\$ 3,8 bilhões.

A parlamentar explicou que recentemente o estado passou por uma crise como reflexo do desabastecimento ocorrido na Venezuela, o que obrigou a Eletronorte a acionar a Usina Termelétrica de Floresta.

– As opções para a construção de novas hidrelétricas, mesmo na Amazônia, estão se esgotando. Conflitos ambientais, agrários e a demarcação de terras indígenas restringem a capacidade de ampliar o parque gerador. Bem-Querer, em que pese a necessidade de estudos mais aprofundados, não é uma área de conflitos – afirmou.



Walter Pinheiro: usinas eólicas baianas beneficiarão 4 milhões

Pinheiro destaca projetos de energia eólica

Walter Pinheiro (PT-BA) informou que o governo da Bahia tem como prioridade a instalação de projetos alternativos de geração de energia, e que planeja implantar 34 usinas eólicas até 2014. Na quarta-feira, o governador Jaques Wagner inaugurou a primeira usina termelétrica de biogás do estado.

De acordo com o parlamentar, os projetos eólicos da Bahia vão gerar 997 megawatts por ano, o que poderá beneficiar quase 4 milhões de pessoas. Walter Pinheiro também informou que quatro empresas de fabricação de aerogeradores vão ser instaladas no estado nos próximos anos, a primeira podendo ficar pronta até setembro deste ano. Essas fábricas vão gerar em torno de 500 empregos diretos, com investimentos da ordem de R\$ 50 milhões, disse.